

06 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Mantendo distância

Uma semana depois da violenta repressão policial contra os professores no Centro Cívico, em Curitiba, o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná divulgou nota para se isentar do ocorrido. “O cerco realizado no Centro Cívico ocorreu sob responsabilidade da Polícia Militar (PM)”, diz a nota. Segundo o TJ, a Assembleia Legislativa (AL) não precisava buscar o interdito proibitório – que foi concedido – para evitar a entrada dos manifestantes na Casa, embora a liminar tenha sido concedida. “A presença do efetivo policial, destinado a garantir o funcionamento do Poder Legislativo, independia de determinação judicial e poderia ocorrer, nos termos do art. 108 do Regimento Interno da AL, mediante requisição direta da Comissão Executiva.”

Proteção do patrimônio

O TJ finaliza a nota afirmando que a utilização pela PM das dependências do Palácio da Justiça, que também fica no Centro Cívico, teve o objetivo de conter invasão e possibilitar atividades de “observação e vigilância”, para proteger a sede do TJ. O órgão lamenta as “cenas de violência ocorridas” e defende a apuração de “eventuais excessos de ambos os lados”.

Vendo na TV

Embora o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná queira se distanciar do massacre dos professores no Centro Cívico, ressaltando, inclusive, que a Assembleia Legislativa poderia recorrer por si mesma ao reforço policial, vale lembrar que no dia da votação do projeto da Parana Previdência o desembargador Xisto Pereira proibiu o acesso dos servidores às galerias da AL, por entender que “as sessões estão sendo transmitidas ao vivo em rede de televisão aberta e os próprios manifestantes fazem uso de um telão, localizado em frente à sede da Assembleia Legislativa, para acompanhar as respectivas sessões e os votos dos parlamentares”. O magistrado permitiu apenas a entrada dos presidentes dos sindicatos, mas eles também não passaram pelo cerco policial.

06 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP pede informações a Richa, secretário e PM

*Órgão instaurou procedimento
criminal para apurar excessos
no protesto no Centro Cívico*

Reportagem Local

Londrina – Como parte das investigações sobre a violenta repressão policial que deixou mais de 200 servidores estaduais feridos em protesto realizado semana passada, no Centro Cívico, em Curitiba, o Ministério Público do Paraná informou ontem que expediu ofício ao governador Beto Richa (PSDB), ao secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, e ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel César Kogut, requisitando no prazo de 10 dias um relatório com informações detalhadas sobre as ações do poder público em torno da Assembleia Legislativa, desde o dia 25 de abril.

De acordo com a assessoria de imprensa do MP, foram solicitadas informações acerca do planejamento (plano de operação) e execução das ações policiais desencadeadas no Centro Cívico, entre os dias 25 e 29 de abril, “com clara especificação de recursos humanos, materiais, armas, animais explosivos e munições e outros equipamentos utilizados.”

Nos pedidos, o MP-PR reiterou considerar a possibilidade de “injustificado descumprimento”, por parte das três autoridades, da recomendação expedida pelo procurador-geral de Justiça

Gilberto Giacoia, que visava garantir “máxima contenção, equilíbrio e moderação no exercício do poder de polícia, exigindo do poder público que, sem prejuízo da garantia da livre atividade parlamentar, também assegurasse o respeito a direitos fundamentais.”

DEPOIMENTOS

O MP informou ainda que cerca de 80 pessoas prestaram depoimentos, e 150 e-mails, com imagens e vídeos, foram recebidos pelo órgão, no âmbito das investigações. O material servirá de subsídio ao procedimento criminal, já instaurado pelo MP-PR, e ao procedimento preparatório de inquérito civil. “As investigações buscam apurar as repercussões de natureza penal, no caso os excessos atribuídos às forças policiais empregados na operação, em sua completa cadeia de comando e subordinação”, afirmou o MP, acrescentando que a investigação também apura violação de direitos fundamentais, entre os quais o cerceamento da liberdade de manifestação, de pensamento, de comunicação, de locomoção, de reunião pacífica, em locais abertos ao

público, bem como o direito-dever de vigilante acompanhamento da atividade dos órgãos públicos e de representação política, “dos quais se espera máxima transparência, estrita legalidade, com o inerente dever de proteção à vida e à incolumidade física e à dignidade da pessoa humana.”

06 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Falta de diálogo e as consequências

Alvo de muita polêmica nas últimas semanas, a Parana Previdência e o projeto de lei que propôs alterações na sua constituição original deveriam ter sido melhor esclarecidos com os servidores e a sociedade em geral. Durante a votação desse projeto, semana passada em Curitiba, a reação policial para impedir que manifestantes se aproximassem do prédio da Assembleia Legislativa deixou mais de 200 feridos no Centro Cívico. Sem entrar no mérito sobre os motivos para o uso do aparato policial, é possível afirmar que a violência poderia ter sido evitada se os ânimos – dos dois lados – estivessem menos acirrados.

Reportagem publicada por esta FOLHA mostra que a alteração proposta pelo governo estadual não modifica planos de benefícios dos servidores civis e militares aposentados. Desta forma, não há qualquer mudança para os servidores atuais. A justificativa da assessoria de imprensa do instituto foi reafirmada pelo professor de Direito Previdenciário e Processo Civil, Paul Kelter: “É um erro dizer que não haverá aposentadorias para os servidores no futuro, pois seja pagando do fundo ou do próprio bolso, o governo terá que pagar”. Será que todos os manifestantes presentes no Centro Cívico estavam com todas essas informações esclarecidas?

Apesar de não impactar diretamente no bolso dos servidores, importante ressaltar que futuramente (em um prazo estimado em 29 anos) a Parana Previdência pode ter seus recursos esgotados. Além disso, será feita antecipação do deficit do fundo, que atualmente é superavitário. Ontem, também surgiu um fato novo. Para o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas a alteração é inconstitucional porque viola o princípio da contributividade porque “inclui na Parana Previdência servidores que nunca contribuíram para esse fundo”.

No entanto, vale lembrar que a única despesa que um governo não pode deixar de pagar são as aposentadorias e pensões. Gastos com saúde, educação, salários, segurança, por exemplo, vêm depois de garantir aposentadorias e pensões. É obrigação constitucional. E é por esse motivo que a Parana Previdência sempre será o principal instrumento de equilíbrio financeiro do Estado.

Portanto, toda manifestação de violência poderia ter sido evitada se houvesse disposição para dialogar e, nesse caso, inclui-se os líderes sindicais e toda a base de filiados que tampouco mostraram interesse em conhecer os termos da proposta. O confronto trouxe consequências para muitas pessoas, sejam diretamente ligadas ao evento ou não. As cicatrizes vão demorar a se fechar.

06 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA OPINIÃO DO LEITOR

Intervenção federal no Paraná

Constitui um verdadeiro absurdo o que vem acontecendo no Paraná, desde o aumento de impostos estaduais até o ataque desmedido e covarde do governo do Paraná contra os nossos professores. Ao meu ver, o Estado caminha ao abismo em passos largos. É sabido que a presidente Dilma condenou o comportamento do governo paranaense contra o massacre, pois bem chegou a hora da União intervir no Paraná de acordo com o artigo 34, inciso I da Constituição Federal para manter a integridade nacional. É uma pena, pois a Polícia Militar agiu segundo as ordens do governo, mas os policiais não caíram em si que também são funcionários estaduais à mercê dos desmandos dele. Estado Democrático de Direito? Dignidade da pessoa humana, não vejo onde. O que acontece com esse Estado?

TATIANA GONÇALVES ANDRÉ (advogada) - Londrina

Eu vi a barbárie

O dia foi 29/4 ficará marcado não só para os paranaenses, mas também para toda a nação brasileira. Eu estava lá no Centro Cívico, em Curitiba, e vi: trabalhadores lutando por aquilo que lhes é de direito, a truculência de um governo absolutista que não respeita os trabalhadores, o sofrimento de companheiros de trabalho, o sangue de trabalhadores no gramado da praça, o sofrimento, a dor e a injustiça, artefatos de guerra usados pelos policiais, os súditos do rei movidos pela inércia, no aconchego da Assembleia e dos gabinetes, concordarem com o massacre e com o bombardeio. Vi alguns poucos democratas gritarem contra o massacre, mas estes gritos foram abafados pela falácia e pelo engodo. Eu vi a mácula e o desrespeito com todos os paranaenses. Empunhando a bandeira do Brasil, clamei: "Sem violência, sem violência", mas meu clamor foi ignorado.

JONAS VIEIRA DA COSTA (professor) - Londrina

06 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Guarapuava pode revogar cidadania de Beto

Loriane Comeli

Reportagem Local

Em consequência da ação violenta do governo do Paraná contra os professores que se opunham à aprovação de mudanças no fundo de previdência do funcionalismo, em 29 de abril, o governador Beto Richa (PSDB) pode perder também mais uma honraria. Em Guarapuava, no centro do Estado, o vereador Elcio José Melhem (PP) apresentou projeto de lei para revogar lei de 2013 que concedeu título de cidadão honorário a Beto. Em Londrina, pelo mesmo motivo, as vereadoras Elza Correia (PMDB) e Lenir de Assis (PT) também planejam protocolar projeto que cassa a cidadania honorária de Beto que, de fato, já é londrinense nato.

Melhem disse que “jamais vi um guarapuavano nato ou cidadão honorário da cidade

agir desta forma”. “Nunca tivemos ninguém com um comportamento como este do governador de determinar o massacre de uma categoria. Há motivos de sobra para revogar o título”, disparou.

O pepista disse que o projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Justiça, da qual é presidente, e será submetido à votação em plenário na próxima segunda-feira. Porém, demonstrou-se cético quanto à aprovação. “A maioria dos vereadores é da base do prefeito que, por sua vez, tem ligação política com o governador. Estou cético, mas estou fazendo minha parte”, comentou, lembrando que, em 2013, foi o único a votar contra a homenagem ao tucano. “Sou contra dar títulos a quem está exercendo mandato. O que o político faz é sua obrigação e não motivo para homenagem.”

“

Nunca tivemos ninguém com um comportamento como este do governador de determinar o massacre de uma categoria”

06 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Mudança na Paranaprevidência é inconstitucional, aponta MP

Órgão vinculado ao Tribunal
de Contas do Paraná vai
tentar suspender cautelarmente
aplicação da lei que alterou
a previdência dos servidores

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPjTC) do Paraná considera inconstitucional o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa (AL), já sancionado pelo governador Beto Richa (PSDB), que mudou a previdência dos servidores públicos estaduais. O órgão vai tentar suspender cautelarmente a aplicação da lei. Os deputados estaduais votaram a matéria na quarta-feira da semana passada, enquanto a Polícia Militar impedia com violência a entrada de professores na AL. Mais de 200 pessoas ficaram feridas.

O procurador do MPjTC, Gabriel Guy Léger, informou que o órgão vai apresentar um pedido de liminar ao TC para preservar o dinheiro – R\$ 8,5 bilhões – depositado no Fundo Previdenciário, um

dos três que compõem a Paranaprevidência. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da AL, dominada pela base aliada de Beto, aprovou a tramitação da matéria.

Com o projeto, o governo aumentou de 14 mil para 47 mil o número de beneficiários do fundo que foi criado para ser uma espécie de “poupança” da previdência, que é capitalizado, ou seja, o dinheiro é investido em ações e títulos públicos. “A Constituição Federal fala sobre o princípio da contributividade. Essas pessoas nunca contribuíram para esse fundo, pois quando estavam ativas contribuíam para o Fundo Financeiro ou para o antigo IPÊ”, explicou Léger. “Pedirei (liminarmente) que os valores sejam usados para pagar quem realmente contribuiu com o previdenciário.”

O Executivo justificou que a mudança na Paranaprevidência vai manter no caixa R\$ 1,7

bilhão por ano, dinheiro que poderá ser usado em investimentos. Nada muda no pagamento dos benefícios. Segundo o procurador, “pagar as aposentadorias é uma obrigação e isso não vai deixar de acontecer”. Por outro lado, ao aumentar o número de beneficiários, o governo reduziu a capacidade do Fundo Previdenciário. Para compensar, Beto alegou que serão feitos aportes com royalties de Itaipu a partir de 2021. “Ele está jogando um problema na conta de outros gestores. Se essa previsão dos royalties não der certo, o governo terá que fazer aporte de R\$ 1 bilhão. Mas esse dinheiro vai sair do orçamento, aí nós pagamos a conta”, disse Léger.

CONTINUA

06 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Léger também criticou o “açodamento” do governo e dos deputados da base aliada, que atropelaram o debate sobre as mudanças na Parana-previdência. “Não houve um debate sério, técnico, sobre o assunto.” O MPjTC não foi chamado para opinar sobre o projeto. Também é esperado para os próximos dias o parecer do Ministério da Previdência, que chegou a ser consultado pelo governo do Paraná, mas pediu mais documentos sobre o fundo estadual. Se o parecer for negativo, o Estado perde certidões liberatórias.

GASTOS COM A POLÍCIA

O MPjTC também pediu ao governo informações sobre a operação policial que mobilizou 1.600 homens de todo o Estado para proteger a Assembleia Legislativa. “Queremos saber quanto custou, se algum batalhão no interior ficou desguarnecido, quanto armamento foi utilizado”, afirma o procurador-geral do Ministério Público, Michael Reiner. O governo tem dez dias para apresentar os dados. (Com Folhapress)

06 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco apreende documentos na Secretaria Estadual de Administração

Loriane Comeli

Reportagem Local

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Curitiba apreendeu na manhã de ontem documentos relativos à contratação fraudulenta da oficina mecânica Providence que, de fato, pertence ao empresário Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa (PSDB). O mandado de busca e apreensão, cumprido no Departamento de Transporte Oficial (Deto), órgão da Secretaria Estadual de Administração e Previdência (Seap), foi expedido pela 3ª Vara Criminal de Londrina, onde tramita a ação penal contra Abi e outros seis réus acusados de formação de organização criminosa e fraude em licitação.

“Apreendemos documentos relativos à contratação da Providence atendendo pedido do núcleo de Londrina do Gaeco”, resumiu o coordenador estadual do Gaeco, procurador Leonir Batisti.

O esquema foi revelado em março, quando o Gaeco de Londrina deflagrou a operação Voldemort. Cinco foram presos, incluindo Abi, que posteriormente, obteve habeas corpus do

Tribunal de Justiça.

O então diretor do Deto, Ernani Delicato, é um dos denunciados por envolvimento no esquema. O MP também pediu ao Tribunal de Justiça (TJ) a instauração de inquérito para apurar a suposta participação da secretária de Administração, Dinorah Botto Portugal Nogara, na fraude. Em razão do cargo, ela tem foro privilegiado. A secretária nega participação.

A Seap encaminhou nota afirmando que está à disposição dos órgãos de fiscalização “tanto para recebê-los como para enviar documentos que eventualmente forem pedidos”.

A Providence foi contratada emergencialmente no final do ano passado, por dispensa de licitação, ao custo de R\$ 1,5 milhão para dar manutenção a toda frota de veículos do Estado do Norte do Paraná, especialmente viaturas policiais. Virtualmente, a empresa seria de Ismar Jeger, mas, conforme o MP, ele era um “lanterna” de Abi. Os outros denunciados no processo são Roberto Tsuneda, sócio de Abi, o empresário Paulo Midauar, o advogado José Carlos Lucca e o policial Ricardo Baptista da Silva.

06 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Partindo

Após 23 anos atuando como promotor de Justiça, o atual coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, Cláudio Esteves, foi promovido a procurador de Justiça do Paraná. O ato da promoção deve ser publicado até o final do mês, quando ele passará a exercer suas atribuições em Curitiba. Formado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1991, Esteves atuava em Londrina há 18 anos, tendo sido o titular da Promotoria de Investigações Criminais, a antiga PIC, depois transformada em Gaeco. Neste período, o promotor esteve à frente de investigações polêmicas, como o esquema de corrupção na administração do ex-prefeito Antonio Belinati, e a atual investigação de cobrança de propina na Receita Estadual de Londrina.

Elogio

“É um dos 20 melhores promotores do Brasil. Vai fazer muita falta”, elogiou o procurador Leonir Batisti, coordenador estadual do Gaeco. “Mas, por outro lado, temos uma equipe muito competente e confiamos que permaneça essa atuação forte do Gaeco de Londrina”. A vaga de Esteves deve ser preenchida após um processo burocrático, em que os promotores interessados podem se inscrever. No entanto, Batisti acredita que o promotor Jorge Fernando Barreto da Costa – que também está no Gaeco desde o início – passaria a ser o novo coordenador do órgão. “A princípio, seria o dr. Jorge.” Segundo Batista, a promotora Leila Shimiti, hoje ocupando vaga na Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, é cotada para assumir a outra vaga no Gaeco.

06 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Moro manda devolver R\$ 157 mi à estatal

Leticia Sorg
Agência Estado

São Paulo - O juiz Sérgio Moro, que conduz todas as ações da Lava Jato na Justiça Federal do Paraná, autorizou a transferência de R\$ 157 milhões para a Petrobras em despacho ontem. Os recursos são provenientes da colaboração premiada do ex-gerente da estatal Pedro Barusco Filho.

Os valores desviados por Barusco e repatriados pela investigação somam R\$ 204.845.582,11. Segundo a decisão judicial, devem ser depositados na conta da estatal R\$ 157 milhões. De acordo com Moro, "não há problema em promover a devolução de parte substancial antes do fim dos processos, já que o acusado colaborador era o controlador das contas secretas e renunciou a qualquer direito sobre o produto da atividade criminosa".

Ele disse ainda que a manter parte dos valores depositado em juízo é "razoável" a fim de verificar "se há outros danos sofridos por terceiros a serem cobertos". O juiz também diz esperar que parte do dinheiro seja usada para reforçar e aprimorar "sistema de controle e compliance" dentro da Petro-

bras para prevenir novos desvios.

A devolução foi pleiteada pelo Ministério Público Federal, de quem a Petrobras passou a ser assistente nas acusações desde o último dia 25. Segundo o juiz, é positivo que a estatal tenha reconhecido "os prejuízos da corrupção em seu balanço", mas ressaltou que "há não mais de um ano sequer admitia a ocorrência de corrupção em seu meio".

O MPF, que considera a Petrobras uma vítima de um esquema de corrupção e cartel, realizará uma cerimônia na próxima segunda-feira, 11, para a devolução do dinheiro. No despacho, Moro destaca "os trabalhos de investigação e persecução efetuados pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, com auxílio de outros órgãos públicos, como a Receita Federal, para o êxito da recuperação desses ativos".

"Foi a eficiência, a integridade, a perseverança e a firmeza deles que propiciaram a recuperação desses valores milionários. Não se previne de fato corrupção dessa magnitude sem esses atributos", afirmou, ressaltando ainda a colaboração da Suíça, onde Barusco mantinha parte do dinheiro desviado.

06 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Desembargadores aposentados ficam livres de taxaçaõ previdenciária

Liminar do TJ proíbe desconto de 11% nos benefícios que excedem o teto do INSS. Se a decisão for estendida a outros servidores, contas da Parana previdência podem ficar prejudicadas

Euclides Lucas Garcia

O desembargador Marcos Galliano Daros, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), concedeu liminar a dez magistrados aposentados que proíbe o desconto de 11% em suas aposentadorias sobre o valor que excede o teto do INSS, hoje fixado em R\$ 4.663,75. A taxaçaõ começou a ser feita a partir do mês passado. Se a decisão for estendida a outros servidores, em tese as contas da Parana previdência podem ficar prejudicadas.

Na decisão desta segunda-feira (4), Daros levou em conta o fato de o projeto de lei ter sido aprovado pela Assembleia Legislativa em regime de comissão geral – o chamado “tratoração”.

Quando a Parana previdência foi criada, em 1998, a lei previa a cobrança de inativos. Mas ela logo foi suspensa porque havia conflito com a Emenda Constitucional n.º 20/1998. Em 2003, a Emenda n.º 41 liberou a taxaçaõ. Mas o então governador Roberto Requião decidiu manter a isençãõ.

O cenário permaneceu assim até 2014, quando o governo estadual enviou à Assembleia um projeto retomando a cobrança. A proposta foi aprovada em 9 de dezembro, em três sessões realizadas no mesmo dia. À época, o regimento da Casa permitia a realizaçaõ de comissão geral, quando os pareceres das comissões eram dados pelo plenário, para acelerar a tramitaçaõ das matérias.

Para o desembargador Marcos Galliano Daros, porém, os deputados não seguiram a tramitaçaõ legislativa de forma correta. Segundo ele, a Constituiçaõ garante que nenhum cidadão pode ser privado de sua liberdade e de seus bens sem o devido processo legal. No despacho, ele argumentou que a elaboraçãõ de leis não se resume apenas ao regimento interno dos legislativos, mas deve seguir as bases constitucionais. Afirmou também que o projeto não se enquadrava nos casos previstos no regimento da Assembleia para votaçaõ na forma de “tratoração”. “É razoável admitir que o Estado imponha aos cidadãos a diminui-

çãõ de seus proventos de aposentadoria olvidando, simplesmente, da correta formaçaõ da lei que o ‘autorizou’ fazê-lo?”, indagou na decisãõ.

O magistrado disse também que “a sociedade não pode ficar à mercê dos interesses financeiros e ‘gulosos’ do Estado de forma tão desprotegida e até arbitrária”. “O país como um todo, incluindo o estado do Paraná, está vivendo um momento difícil, muito difícil e toda a populaçaõ sabe disso. Contudo, eventuais aspectos relacionados a repasses, à arrecadaçaõ tributária ou a outra natureza qualquer, devem ser resolvidos em atençãõ aos ditames constitucionais. O Poder Judiciário deve estar atento, e bem atento, a qualquer tipo de atitude que possa violar direito líquido e certo da populaçaõ, decorrente, inclusive, da má formaçaõ das leis que, por via oblíqua, pretendam aumentar a arrecadaçaõ do Estado”, afirmou.

CONTINUA

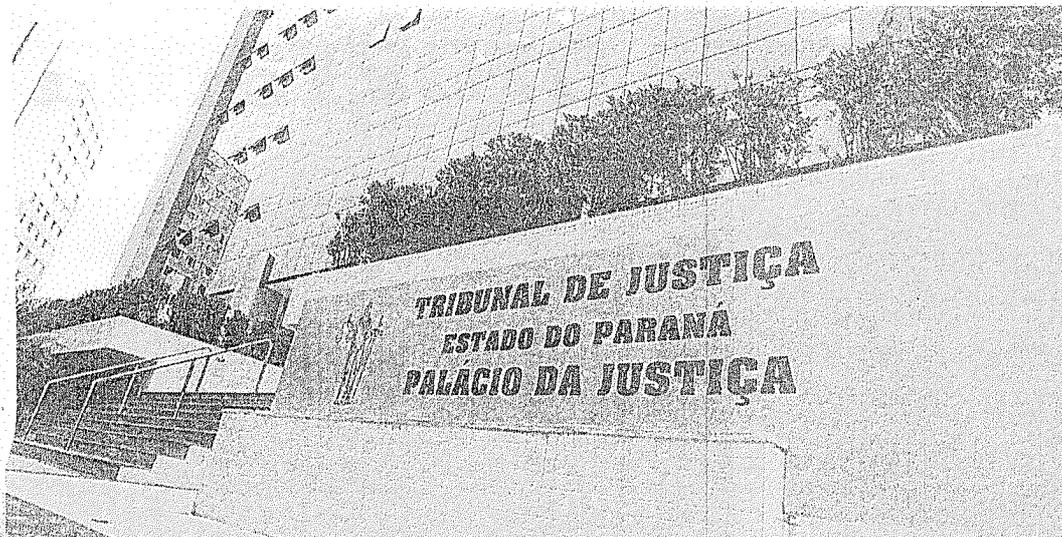
06 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Por fim, Daros sustentou que havia “perigo de demora” no caso, uma vez que o desconto em folha já entrou em vigor e representa “efetiva e substancial redução de renda em evidente prejuízo para cada um deles [os desembargadores aposentados]”.

Em nota encaminhada à *Gazeta do Povo* à noite, Daros fez questão de ressaltar que sua decisão não trata do mérito do caso.



Desembargador Marcos Galliano Daros, do TJ, concedeu liminar a favor de dez aposentados.

CONTINUA

06 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Paranaprevidência diz que segue Constituição Federal

Por meio da assessoria de imprensa, a Paranaprevidência informou que ainda não havia sido notificada da decisão liminar do TJ. A nota afirma que a contribuição previdenciária de inativos está prevista no artigo 40 da Constituição Federal, e que o Paraná era o único estado do país que ainda não tinha instituído a cobrança. Por isso, já havia recebido determinações do Ministério da Previdência e do Tri-

bunal de Contas do Estado.

O órgão diz também que a alíquota aplicada sobre a parcela que excede o teto do INSS (atualmente em R\$ 4.663,75) foi estabelecida em respeito à Lei Federal 9.717/1998. No artigo 3.º, a lei determina que estados e municípios não podem estipular índice inferior ao dos servidores da União, hoje fixado em 11%.

Por fim, a Paranaprevidência ressalta que aposenta-

dos e pensionistas que recebem até o teto do INSS estão isentos de qualquer contribuição.

Amapar

Em comunicado interno à categoria, o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Frederico Mendes Jr., afirma que vai se amparar na liminar desta segunda-feira (4) para ingressar na Justiça com um pedido no mesmo teor. No texto, ele pede aos interessados em aderir ao pleito que entreguem os documentos necessários para fazer parte da ação. "O momento é de comemoração. Mais uma vitória no sentido de tentar garantir igualdade e paridade entre magistrados", escreveu no e-mail. (ELG)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MP DE CONTAS

Para procurador, "nova" previdência do estado é inconstitucional

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) prepara um parecer que considera inconstitucional o projeto que mudou a previdência dos servidores públicos do estado. Foi durante a votação deste projeto, na última quarta-feira (29), que um confronto entre manifestantes e policiais deixou quase 213 feridos em frente da Assembleia Legislativa do Paraná. Segundo o procurador Gabriel Guy Leger, a mudança proposta pelo governo de Beto Richa (PSDB) e aprovada pelos deputados altera o equilíbrio atuarial e financeiro da previdência, contrariando a Constituição Federal. "Esse projeto só vai mascarar o problema e comprometer governos futuros", afirma Leger.

O estado quer passar uma parte dos aposentados pagos pelo fundo financeiro, que integra o caixa do governo, para o fundo previdenciário, que recebe contribuição do estado e dos servidores e que tem um saldo de R\$ 8,5 bilhões. Esse fundo foi criado para ser uma espécie de "poupança" da previdência, e é capitalizado — ou seja, o dinheiro é investido em ações e títulos públicos, e é revertido para o próprio fundo. Com a medida, a gestão Richa, que vive uma crise financeira, economizaria R\$ 1,7 bilhão por ano, aliviando o caixa. Nada mudaria no pagamento dos benefícios. Leger, porém, argumenta que a medida desvirtua o projeto original e vai consumir o fundo previdenciário em cerca de 30 anos, segundo cálculos do próprio governo. "Essas pessoas que o governo quer migrar jamais contribuíram para esse fundo. São coisas absolutamente distintas", afirma. Para ele, a mudança compromete o futuro.

06 MAI 2015

"Pagar as aposentadorias é uma determinação constitucional. Essa não é a questão. O problema é que, nisso, ele não vai mais conseguir pagar as despesas regulares. Aí, teremos o sucateamento da administração."

Medida cautelar

O Ministério Público, que atua na esfera do Tribunal de Contas, deve ingressar até o final desta semana com uma medida cautelar para suspender a aplicação da proposta, sancionada na última quinta-feira (30). Cabe ao tribunal decidir. O governo do Paraná argumenta que o projeto foi baseado em cálculos atuariais técnicos, que respeitam "critérios de solvência, liquidez e equilíbrio financeiro", e que a constitucionalidade do projeto passou pelo crivo dos deputados na Assembleia. O Ministério Público também pediu ao governo informações sobre a operação policial que mobilizou 1.600 policiais para proteger a Assembleia.

06 MAI 2015

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

**Em nota, TJ diz que ação
no Centro Cívico é de
responsabilidade da PM**

¶ O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) emitiu nesta terça-feira (4) nota dizendo que o cerco policial ao Centro Cívico na última quarta-feira é de responsabilidade da Polícia Militar (PM) e podia ter sido feito sem autorização judicial. A nota, assinada pelo presidente do TJ, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, lembra que a Justiça proibiu por liminar a invasão do plenário da Assembleia na votação do projeto da Parana Previdência, mas que a ação externa é de inteira responsabilidade da PM. O TJ também informou que a própria Assembleia poderia ter solicitado a presença policial sem ter recorrido à Justiça. O tribunal lamentou ainda a violência ocorrida durante a manifestação e defendeu a "apuração, pelos órgãos competentes, de eventuais excessos de ambos os lados."

06 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Estado quer mais tempo para data-base

Após reunião tensa entre governo e servidores, professores decidiram manter greve. Executivo não promete nem reajuste da inflação

Catarina Scortecchi,
especial para a Gazeta do Povo

A primeira reunião oficial entre governo do Paraná e sindicatos de servidores públicos estaduais, realizada no fim da manhã de ontem (5) em Curitiba, influenciou na decisão dos professores em manter a paralisação e outras categorias agora ameaçam engrossar a greve. Na avaliação de sindicalistas, a reunião de quase duas horas foi "tensa". Já a secretária de Administração e Previdência, Dinorah Nogara, em entrevista à **Gazeta do Povo** logo após a reunião, garante que o canal de diálogo foi restabelecido. "Eu sinto que eles têm muita mágoa, muito ressentimento", disse ela.

A reunião começou por volta das 11 horas, a portas fechadas, no Palácio das Araucárias, logo depois do ato em apoio aos professores realizado entre a Praça 19 de Dezembro e o Palácio Iguacu. No encontro, a data-base era o principal item da pauta, organizada pelo Fórum Estadual dos Servidores (FES), que reúne cerca de 20 sindicatos de funcionários públicos. Do outro lado, além da secretária Dinorah, o governo estadual resolveu convocar o assessor espe-

cial para Assuntos Fundiários, Hamilton Seriguelli, que é ligado a movimentos sociais. "Tem que acalmar todos os lados. Estamos jogando água para poder ajustar todo o processo, aparar as arestas. Jogando gasolina não vamos resolver", disse ele à reportagem.

De acordo com a secretária Dinorah, o Executivo ainda aguarda a conclusão de um estudo da Fazenda para apresentar uma proposta final sobre o índice de reajuste salarial e também sobre de que forma ele será aplicado. Uma nova reunião com o FES foi marcada para a próxima terça-feira (12), quando a Fazenda já deve ter em mãos dados sobre o comportamento da receita.

Questionada se haveria risco de o governo estadual não conseguir pagar nem mesmo a correção inflacionária, a secretária Dinorah disse que "não tenho como me precipitar". "Eu diria para você que essas informações estão sendo analisadas", esquivou-se. Ela lembrou, contudo, que nas peças orçamentárias do Estado o índice previsto de reajuste salarial é de 5%, número inferior ao IPCA, em torno de 8%, que é levado em consideração pelos servidores na mesa de negociação. "Nós ainda vamos apresentar um índice aos servidores e também ao governador Beto Richa, porque é uma decisão política também, não só financeira", antecipou.

Para o FES, as negociações já estão atrasadas. Como a data-base é 1.º de maio, os servidores querem que o reajuste anual seja aplicado já no salá-

rio recebido no final do mês. Mas, para a secretária, a negociação está apenas no começo. "A Fazenda ainda está fechando os números do ICMS sobre este primeiro trimestre", comentou ela.

De acordo com Hermes Leão Silva, presidente do sindicato dos educadores, a indefinição da data-base da categoria foi determinante para o posicionamento favorável à manutenção da greve. Durante a assembleia geral que deliberou sobre os rumos da paralisação, Silva apresentou o desfecho da reunião realizada horas antes. "Nós não vamos aceitar nada que seja inferior ao índice dos últimos 12 meses de inflação, que deve ficar em 8,2%. E esse reajuste deve ser pago em cota única, como estabelece a legislação. Precisamos continuar em greve para pressionar o governo por esse avanço", disse ele.

Colaborou Carolina Pompeo

06 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Mudanças na previdência ainda são alvo de mobilizações

¶ A partir desta quarta-feira (6), o sindicato dos professores, a APP-Sindicato, começa a pôr em prática uma agenda de ações que pretende anular a sessão da Assembleia Legislativa que aprovou o projeto de lei da Paranaprevidência. A entidade procurará o Ministério da Previdência e a Procuradoria-Geral da União para contestar judicialmente a sessão e a constitucionalidade da lei que alterou o fundo previdenciário do funcionalismo.

Segundo Marlei Fernandes, representante do Fórum de Entidades Sindicais do Paraná e membro da diretoria da APP, a entidade acredita que haja embasamento jurídico para a anulação da sessão da Alep. "A votação aconteceu de forma autoritária, acreditamos que podemos reverter esse resultado", disse. Um grupo de professores e servidores feridos também vai a Brasília para discutir a reação da PM à manifestação do último dia 29, que deixou mais de 200 pessoas feridas. Nesta quarta-feira, às 9 horas, uma audiência pública interativa da Comissão de Direitos Humanos do Senado vai debater o episódio.

Mea-culpa

Ao fim da reunião sobre a data-base, a secretária estadual de Administração e Previdência, Dinorah Nogar, disse que não sabe explicar o que aconteceu na condução do debate sobre a previdência, estopim da paralisação dos professores. "O projeto de lei poderia ter sido mais discutido. Mas teve um corte, um momento em que foi

decidido votar. Mas esse 'time' não sou eu que posso explicar. Eu não tenho como responder por isso", afirmou ela.

Sobre a violência da PM contra os professores, a secretária afirmou que "nada justifica". "Foi tudo muito amargo. Eu sou funcionária pública. Ao mesmo tempo, o Estado precisa desse ajuste fiscal. Mas nada justifica a violência", disse. (CPeCS)

Embalada agora pela indefinição do reajuste, greve segue nas escolas

¶ Em votação quase unânime na Vila Capanema, em Curitiba, a categoria decidiu manter a greve pelo menos até a próxima terça-feira (12), quando o governo deve apresentar proposta sobre a data-base.

Segundo Hermes Leão Silva, presidente do sindicato, a indefinição do reajuste salarial foi decisiva para que a entidade indicasse a manutenção da paralisação. Agora, a questão soma-se à polêmica sobre a previdência dos servidores estaduais como itens principais da pauta de reivindicação da categoria.

Questionado sobre os prejuízos que a greve representa para o calendário escolar, já afetado pela primeira paralisação que durou 29 dias, Silva afirmou que a categoria empreenderá um esforço de reposição.

Sobre a ameaça de que as faltas dos servidores sejam descontadas em folha, Silva declarou que a legalidade dos descontos está em avaliação. Ao fim da assembleia geral, o sindicato fez um pedido aos diretores escolares: que não informem as ausências ao governo, uma vez que a negociação de faltas será feita somente quando a greve acabar.

A segunda paralisação dos servidores da educação neste ano parece contar com menos apoio popular do que a primeira. Mas, de acordo com a secretária educacional da APP, Valkíria Mazeto, até o momento a entidade não sofreu nenhuma pressão por parte de pais ou alunos para a retomada das aulas. "Nós encontramos falas de pais preocupados com o calendário escolar e com a reposição, mas não posicionamento contrário ao movimento", contou.

Entre os professores e servidores, não há consenso. Uma parcela voltou ao trabalho nesta semana e há manifestações favoráveis ao encerramento da paralisação. "É porque há muita pressão por parte da Secretaria da Educação, principalmente sobre diretores. A secretária pede o registro de faltas, ameaça a abertura de processos administrativos. O sindicato vai promover um enfrentamento a essas ações pela garantia do direito de greve", disse.

06 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Para aliviar desgaste com a ação da PM, Richa discute troca de secretários

Titulares da Segurança, da Casa Civil e da Educação estariam ameaçados. Comandante da Polícia Militar também pode cair

Rogério Waldrigues Galindo
e Amanda Audi

Depois de ver a desaprovação popular maciça da atuação policial na “batalha” do Centro Cívico, que completa uma semana nesta quarta-feira (6), o governo estadual discute internamente uma série de substituições no alto escalão para atenuar o desgaste com o episódio. Dentre os secretários com o cargo ameaçado estão Fernando Francischini, da Secretaria de Segurança, e Eduardo Sciarra, da Casa Civil.

Outras trocas apuradas pela **Gazeta do Povo** devem ser na Secretaria da Educação, no comando da Polícia Militar (PM) e na representação do Paraná em Brasília. Apenas esta última foi confirmada oficialmente pelo governo até a noite desta terça-feira (5).

A vice-governadora Cida Borghetti (Pros) foi nomeada para o Escritório de Representação Política no Distrito Fe-

deral, substituindo Amauri Escudero, que estava no cargo desde o início do governo Beto Richa (PSDB). Esposa do deputado federal Ricardo Barros (PP), vice-líder do governo Dilma Rousseff (PT) na Câmara, Cida Borghetti é vista como peça-chave para articular assuntos do estado em Brasília.

Essa substituição não tem relação com os incidentes do Centro Cívico. As demais, porém, guardam relação com a forma como foi conduzida a crise com os professores.

Tido como intransigente e com pouca capacidade de diálogo, Fernando Xavier Ferreira deve sair do comando da Educação. Quem tende a entrar é João Carlos Gomes, atual secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Na PM, é esperada a saída do comandante-geral César Kogut, que assumiu a culpa pelos excessos no dia 29. Francischini também afirmou, à imprensa, que as decisões do episódio teriam sido tomadas diretamente pela PM, se isentando de culpa.

A terça-feira foi tomada por várias reuniões da alta cúpula para tratar das substituições, incluindo conversas com Francischini e Kogut. À noite, tanto a Secretaria de Segurança quanto a PM informaram, que, por ora, não havia alterações formais em seus quadros.

Tampouco havia definição sobre a possível saída de Sciarra na Casa Civil — apontado pela oposição como quem ordenou à PM “meter bomba” nos manifestantes. O secretário nega a acusação.

As possíveis trocas seriam uma resposta do governo Richa para se recuperar do desgaste do conflito em frente da Assembleia Legislativa, que teve como saldo mais de 200 pessoas feridas.

Desde o dia 29, o estado viu várias manifestações populares de indignação contra o episódio. Milhares de pessoas foram às ruas protestar na quinta (30), sexta (1.º) e nesta terça (5). Houve grito generalizado de “fora, Beto Richa” no estádio Couto Pereira — que uniu as torcidas do Coritiba e Operário na final do Campeonato Paranaense — e na plateia do Teatro Guaíra, durante o show do rapper Criolo.

Prevedendo novas levadas de greves e manifestações, o governador teria decidido mudar a forma com que estava lidando com a situação — o que inclui as mudanças no secretariado e o reconhecimento de que houve excessos na ação da Polícia Militar na semana passada.

Colaborou André Gonçalves

06 MAI 2015

GAZETA DO POVO

MPOUVE 80 TESTEMUNHAS

Cerca de 80 pessoas prestaram depoimentos e 150 e-mails, com imagens e vídeos, foram recebidos pelo Ministério Público do Paraná (MP) nas investigações sobre os excessos na repressão da manifestação dos professores no último dia 29. O MP apura se houve crime e violação de direitos humanos no incidente. Quem desejar colaborar com as investigações pode enviar imagens e fotos pelo e-mail denuncias29deabril@mppr.mp.br, criado pelo órgão exclusivamente para receber denúncias.

GAZETA DO POVO

ROGÉRIO GALINDO

Soldado Groselha, pamonhas e o fim da farsa

Beto Richa começou ontem a demitir gente no seu primeiro escalão. É o plano B entrando em ação. O primeiro plano, que não funcionou, era pacificar a população dizendo que a polícia não tinha culpa na tragédia ocorrida no Centro Cívico. Houve 213 feridos, mas o governador quis vender a ideia de que a polícia "só estava defendendo sua integridade" contra alguns arruaceiros. Para mostrar cabalmente a periculosidade dos manifestantes, chegaram a divulgar foto de manifestante com estilingue.

A versão de que não houve excessos da polícia não colou por um único motivo: era inacreditável. Os fatos estavam na tevê, nos jornais e na internet. A não ser que se acreditasse na hipótese improvável de black blocs terem tomado de assalto as redações de todo o país (e até do *New York Times*), a notícia estava evidentemente bem relatada. A uma simples movimentação em uma grade, a Polícia Militar reagiu como se estivesse diante de perigosos guerrilheiros.

Mas a versão não se sustentava:

— O governo disse que houve confronto, algo meio de igual para igual. Falou em 20 policiais feridos. Não surgiu uma mísera foto de ferimento em PM. O único caso era o de um policial que postou foto na internet farsescamente coberto de tinta espalhada de maneira cuidadosa para não manchar a farda. Ficou merecidamente conhecido como "Soldado Groselha".

— O governador afirmou que havia prendido black blocs que atacaram a PM. A OAB e a própria Defensoria Pública, ligada ao governo, diz que os 14 detidos eram estudantes, professores e servidores. Ninguém ligado ao movimento black bloc.

— O governo diz ter apreendido uma mochila com pedras, coquetéis molotov e paus. A OAB diz que os inquiridos não ligam esses materiais a qualquer manifestante. Estão

soltos por aí e não parecem ter qualquer relação com a manifestação.

— Apareceu uma foto na página "Amigos do Beto" dizendo que um carrinho de bebê serviu como abrigo de bombas dos truculentos manifestantes. Imagens posteriores mostraram que se tratavam de pamonhas de milho.

Somado tudo, chega-se à conclusão de que perigosos professores armados com pamonhas atacaram policiais que sangraram groselha. Isso, diz o governo, só podia ter sido contido a bombas de gás lacrimogêneo.

06 MAI 2015

Vendo que não havia como defender essa farsa, começou um outro jogo, esse interno. Quem pagaria pelo erro? É a hora de jogar a culpa no outro. O secretário Fernando Francischini foi o primeiro a apontar dedos. Disse que tudo ficava na conta da tropa. Ele só cuida da estratégia macro.

Não deixa de ser curioso. No mês passado, quando se anunciou a estatística de que os homicídios tinham caído 17%, Francischini bateu no peito: o mérito era também dele. Óbvio que o secretário não estava nas ruas prendendo ninguém nem fazendo ronda ostensiva. Mas, nesse caso, o trabalho da tropa lhe pertencia. Num caso em que tudo ocorreu diante de seus olhos, ele alega que não teria como interferir?

É claro que alguém vai pagar por tudo. Até agora, as vítimas mais prováveis são o secretário da Educação e o comandante da PM. O coronel está no topo da hierarquia militar. Faz sentido que responda. Mas não parece fazer o menor sentido que os seus chefes políticos — a quem ele deve obediência — simplesmente se isentem de culpa. Richa e Francischini estavam, queiram ou não, no comando. Tivesse dito uma palavra, e as bombas parariam. Não disseram nada. No mínimo, precisam responder por essa omissão.

06 MAI 2015

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO VOLDEMORT

Gaeco cumpre busca e apreensão na Secretaria de Administração

Rogério Waldrigues Galindo, com Redação do Jornal de Londrina

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) cumpriu nesta terça-feira (5) um mandado de busca e apreensão na sede da Secretaria Estadual da Administração, no Centro Cívico, em Curitiba. O mandado foi concedido pela Justiça de 1.º grau de Londrina.

O coordenador do Gaeco em Curitiba, procurador Leonir Batistti, informou que a ideia era recolher documentos referentes à escolha de oficinas mecânicas para conserto de carros do governo na região de Londrina, alvo da Operação Voldemort.

Essa é uma sequência da operação que em março levou para a prisão o empresário Luiz Abi Antoun, primo distante do governador Beto Richa (PSDB).

Batistti disse que os responsáveis pela investigação precisavam de comunicações internas da secretaria para conseguir rebater alegações da defesa dos acusados. O caso já está na Justiça.

O Gaeco investiga suspeita de tráfico de influência, superfaturamento e fraude num contrato

emergencial de R\$ 1,5 milhão para manutenção de carros oficiais do governo do estado em Londrina e região. O serviço estava sob responsabilidade da oficina Providence, de Cambé, cidade vizinha a Londrina.

São seis suspeitos, cinco deles presos. Entre os implicados, Luiz Abi é considerado o líder do esquema de corrupção investigado pelo Gaeco, braço do Ministério Público.

Outros envolvidos são Ernani Delicato, ex-diretor do Departamento de Transportes (Deto) do governo do Paraná, responsável pelo processo de contratação da Providence; o advogado José Carlos Lucca e dois empresários qualificados como "laranjas". Ernani Delicato está foragido.

NOVO PROCURADOR

Promotor do caso é promovido e será transferido a Curitiba

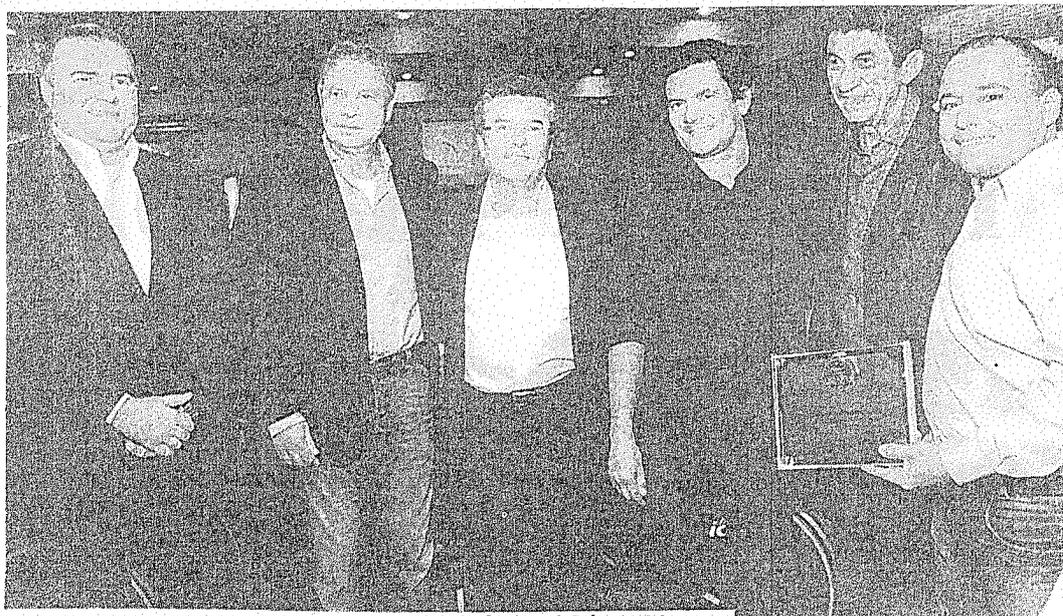
O promotor do Gaeco Cláudio Esteves, um dos investigadores do esquema de fraude no contrato de conserto de veículos do estado em Londrina e de corrupção na Receita Estadual, está de saída da cidade. Ele foi promovido para o cargo de procurador e, em 15 dias, deve ser transferido para Curitiba. À RPC, Esteves disse que sua saída do Gaeco de Londrina não tem relação com as investigações conduzidas pelo grupo. A promoção ocorreu por merecimento e por tempo de serviço.

"Dentro" Sérgio Moro

O juiz Sérgio Moro foi a figura mais assediada durante a festa de comemoração pelos dez anos da Abrabar-PR (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), no bar Santa Marta, na noite de segunda-feira. Cumprimentado pelos presentes pelo trabalho que realiza a frente da Operação Lava Jato e muito solicitado para *selfies*, ele assistiu ao show do cantor Fagner, principal atração da festa, num camarote acompanhado da mulher, Rosângela, e alguns amigos.

Guerreiro da Lava Jato

Fagner, aliás, dedicou-lhe a canção *Guerreiro Menino (Um Homem Também Chora)*, dele e de Gonzaguinha. "Dedico essa música ao juiz Sergio Moro porque é um menino e um guerreiro", disse o cantor cearense, sob aplausos. Eis dois trechos da letra: "Guerreiros são pessoas/São fortes/são frágeis/Guerreiros são meninos/No fundo do peito" e "É triste ver este homem/Guerreiro menino/Com a barra de seu tempo/Por sobre seus ombros".



O juiz federal Sérgio Moro (de camisa preta) com o deputado estadual Ney Leprevost, o empresário Joel Malucelli (ambos à esq.), o Ouvidor Geral de Curitiba, Clóvis Costa (de camisa branca), o cantor Fagner e o presidente da Abrabar-PR, Fabio Aguayo (com a placa na mão), na festa pelos dez anos da entidade no bar Santa Marta.

GAZETA DO POVO 06 MAI 2015

OAB pede mais

recursos para o Fies

Ofício mandado ao governo é primeiro passo antes de a ordem ingressar no STF com ação pedindo adicionais para o programa

Um dia depois de o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, afirmar que se esgotaram os recursos para novos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) neste ano, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou um ofício à presidente Dilma Rousseff solicitando aportes adicionais ao programa, que deixou de atender quase 250 mil interessados em 2015. Outros 252 mil conseguiram acessar o crédito pela primeira vez até a última quinta-feira, quando se encerrou o prazo para as novas adesões.

O ofício encaminhado é o primeiro passo antes de a OAB ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação pedindo mais recursos para o programa. No documento, o presidente da entidade, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, argumenta que “não se pode fazer ajuste fiscal na educação”. Ele reconhece a “necessidade de adoção de novas orientações na atual quadratura econômica do país”, mas ressalta que “melhorias conjunturais advêm exatamente do desenvolvimento de uma nação com maior acesso ao ensino.”

Furtado cita duas decisões judiciais — uma do ministro do STF Luís Roberto Barroso e outra da Justiça Federal de Mato Grosso — sobre prorrogação de prazo de inscrições no Fies e outros pontos do programa. E solicita a Dilma que dê condições para que o Ministério da Educação (MEC) cumpra as determinações do Judiciário, “com incremento do repasse necessário ao Fundo”.

Nessa segunda-feira (4), Janine Ribeiro afirmou à imprensa, para apresentar o balanço das novas inscrições no Fies, que os R\$ 2,5 bilhões no orçamento disponíveis para as adesões em 2015 foram esgotados com os 252 mil contratos fechados até quinta-feira (30). Acrescentou que reabrir o sistema do Fies, como determinou a Justiça Federal de Mato Grosso, portanto, seria inútil. Mas afirmou que o governo recorrerá da decisão, o que pode ser feito em até cinco dias. O MEC foi notificado na segunda-feira da decisão.

CADA VEZ PIOR PRA ELE

Denúncias e reações ao ataque contra os professores deixam Beto Richa acuado



Governador sofre pressão e deve trocar secretário e comando da PM.

Seria impossível imaginar que Beto Richa ficaria ileso diante de taítons contratempos em sua administração. Ontem o governador viveu mais um dia de prejuízo político, com decisões cobradas por quem o apoia, pela oposição e pela opinião pública: deixou na cordabamba o secretário da Educação, Fernando Xavier Ferreira, que não conseguiu resolver os problemas da pasta, e o comandante-geral da Polícia Militar, César Kogut, que foi quem pagou o preço pela decisão de atacar os professores em frente à casa do governo.

Mas não para por aí: o secretário da Segurança, Fernando Francischini, que lavou as mãos no episódio das agressões contra professores, está no fio da navalha e pode não passar de hoje no cargo. Há informações de que Beto Richa teria recebido ontem uma carta assinada por nada menos que 13 coronéis da Polícia

Militar, em repúdio à atitude do secretário. Isto representa mais de 80% do staff que comanda a corporação.

Sem tomar atitudes, o governador estaria sujeito a mais desgastes do que já está vivendo. O confronto da PM com os professores repercutiu em todo o Brasil. Por isso, ele e o secretário da Segurança foram convidados a depor hoje na Comissão de Direitos do Senado para discutir as ações de violência contra os mestres. Sua ida depende de agenda.

INVESTIGADO

Aqui no Estado, a imagem já vem sendo abalada por uma sequência de decisões e escândalos. Além do "pacotão" para aprovar o novo projeto da ParanaPrevidência, ontem indicou a vice-governadora Cida Borghetti para comandar o escritório de representação em Brasília. Há meses vê a Receita Estadual envolvida em vários escândalos de propina, além do Departamento

de Transportes ser alvo de denúncias em licitações.

Nos dois casos, tem amigos e parentes envolvidos. Ontem o Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público, cumpriu mandado de busca e apreensão no prédio da Secretaria de Estado da Administração. A ordem judicial determinava a busca de documentos referentes à escolha de oficinas mecânicas para conserto de carros do governo.

BASE DERRETEU

Por tudo isso, viu sua base de apoio na Assembleia Legislativa ficar reduzida. De cinco deputados ferrenhos de oposição no seu primeiro mandato, acabou a semana com mais de 20 nomes jogando contra. Foi esse o número de deputados que votaram contra o projeto da previdência.

Para piorar, enfrenta o PMDB na esfera estadual. Ontem, a Executiva aprovou resolução determinando que todos os filiados com cargos no governo deixem seus postos em 30 dias.

Paralelamente a tudo isso, o Ministério Público já ouviu mais de 80 pessoas no âmbito das investigações sobre os excessos na repressão da manifestação pública ocorrida no dia 29 de abril, nos arredores da Assembleia Legislativa. E ontem o governador dormiu com a notícia de que os professores mantêm a greve.

TRIBUNA DO PARANÁ

TRIBUNINHAS

06 MAI 2015

TUA CULPA

Beto Richa tem dito que só colocou a PM pra fazer o cerco à Assembleia porque estava "cumprindo ordem judicial". Mas o Tribunal de Justiça também tirou o corpo fora e soltou nota dizendo que a coisa não é bem assim. Segundo o TJ, o cerco é de responsabilidade da PM e podia ter sido feito sem autorização judicial.

SAI PRA LÁ

O secretário Fernando Francischini fez um apelo pra que a OAB paranaense ajudasse a polícia no controle dos manifestantes ontem, no Centro Cívico. A entidade respondeu com nota pública, onde diz que é a favor de manifestações livres e democráticas. E diz que o trabalho da polícia é "indelegável". Portanto, nenhum auxílio foi dado.

HOJE NÃO

Os deputados estaduais mais uma vez foram obrigados a recuar diante das manifestações. Com 25 mil pessoas em frente à Assembleia, eles cancelaram a sessão da Comissão de Constituição e Justiça, que se reúne sempre as terças. Os trabalhos foram adiados pra tarde de hoje.

EM BRASÍLIA

As comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara dos Deputados realizam hoje, às 9h, audiência pública sobre a repressão violenta do dia 29 de abril. Qualquer interessado pode enviar perguntas pelo site do Senado ou pelo A16 Senado 0800612211 (ligação gratuita).

06 MAI 2015

BEM PARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

O Massacre de professores no Paraná

*Jônatas Pirkiet _____

A conduta, na prática de um crime, sempre tem, por parte do agressor, uma justificativa para a exclusão de sua responsabilidade. Sempre foi assim e sempre será, ainda que os meios não justifiquem os fins. No Paraná, no último dia 29 de abril, os professores foram barbaramente agredidos, repetindo-se, com maior intensidade, a mesma prática de 1988, quando os docentes do Estado do Paraná reivindicavam melhorias em suas condições de trabalho e de salário.

Os agressores, tanto lá quanto cá, investidos de autoridade, determinaram o uso de força policial, de forma desproporcional e desnecessária. Neste 29 de abril de 2015, sob a justificativa de que o confronto foi iniciado pela ação de "black bloc", com os quais teriam sido apreendidos "coquetéis molotov", paus, pedras e barras de ferro. Ainda que a assessoria de imprensa

da Secretaria de Segurança tenha informado que foram detidos professores e servidores públicos, e que a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados, que acompanharam as prisões tenham afirmado que nenhum deles foi identificado como "black bloc". Os 13 manifestantes detidos firmaram o Termo Circunstanciado e foram liberados, mas vão responder à ação no Juizado Especial, neste que deve ter sido um dos maiores confrontos já registrados no país, produzindo mais de 200 feridos.

O Ministério Público do Paraná se comprometeu a apurar as responsabilidades e os excessos cometidos, o que se faz necessário em qualquer sociedade civilizada. O certo é que a sociedade paranaense não admitiu o ato de violência patrocinado pelo governo, manifestando sua total solidariedade aos professores que se colocam contra as medidas aprovadas pela Assem-

bléia Legislativa do Estado que modificam as regras da previdência dos servidores.

Sob a ótica do agressor a violência se justifica para manter a ordem e permitir o regular funcionamento das instituições. O que se apresenta como legítima defesa da ordem e das instituições. Porém, mesmo a legítima defesa precisa ser exercida com moderação e proporcionalidade, particularmente quando os atos de violência são dirigidos por um grande contingente de policiais contra homens e mulheres desarmados, cuja periculosidade estão no "bastão de giz" que carregam em suas mãos, ao longo de suas vidas, na magnífica tarefa de ensinar. Mesmo que se defrontem, em algum momento de suas vidas, como "algozes" que possam ter passado pelas suas salas de aula.

*O autor é advogado criminalista
(jônataspirkiet@terra.com.br)

06 MAI 2015

BEMPARANÁ

Fórum

Estão abertas as inscrições para o "VI Fórum de Integração Jurídica" que será realizado em dois módulos, um em Brasília, no dia 22 de maio, e outro em Assunção, no Paraguai, no dia 5 de junho. O evento é uma iniciativa das entidades Escola Nacional de Notários e Registradores, Escola Superior de Advocacia, Escola de Direito Público e Instituto Brasiliense de Direito Público. O tema principal dos debates é o novo CPC. Inscrições gratuitas www.anoreg.org.br/forum2015.

Voo atrasado

Atraso em voo que faz com que o passageiro perca conexões e o obriga a passar a noite em outro país gera dano moral. O entendimento é da 17ª Câmara Cível do TJ de Minas Gerais.

Perua

Reportagem que chamou a senadora Marta Suplicy de "perua" não ofendeu a honra da petista, pois o termo foi utilizado para ressaltar o estilo pessoal da autora, conhecida por se vestir de modo elegante. A decisão do TJ de São Paulo foi mantida pelo STJ.

Mensalidades

Conselhos profissionais não podem fixar, por meio de atos administrativos ou resoluções, o valor de suas anuidades. O entendimento é da 5ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região.

Manicure

O trabalho de manicure não coloca em risco a saúde da trabalhadora e por isso não faz jus ao adicional de insalubridade. A decisão é da juíza da 10ª Vara do Trabalho de Brasília.

Selos

O advogado e escritor João Casillo lançou na última semana o livro "O Direito e a Filatelia - A Arte dos Selos". Há mais de 20 anos ele coleciona selos com temáticas ligadas à justiça. Toda a renda obtida com a venda do trabalho será revertida para a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas.

Freada brusca de ônibus gera indenização a passageira que sofreu lesão

Uma idosa do Distrito Federal, que sofreu uma fratura na coluna após o ônibus em que estava frear brusca-mente, vai receber R\$ 19 mil por danos materiais e mais R\$ 20 mil por danos morais. A decisão é da 1ª Vara Cível de Família e Sucessões de Brazlândia (DF) ao julgar a ação de reparação contra a Cooperativa de Transporte Alternativo do Recanto das Emas (Cootarde), responsável pelo coletivo.

Para o juiz Paulo Cerqueira Campos, a autora sofreu graves lesões, que lhe deixaram sequelas por causa da falha na prestação de serviço pela empresa de transporte público. Por isso, segundo ele, é justa e razoável a quantia estipulada para danos morais.

Quanto aos danos materiais, o juiz entendeu que há prova de gastos com a compra de colete cervical, pagamento de auxiliar, gastos com combustível e custeio com consulta. Além disso, a autora ficou afastada do trabalho, o que reduziu os seus rendimentos.

DIREITO SUMULAR

Súmula nº 491 do STJ- É inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional.

06 MAI 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça Federal deve julgar ação contra Petrobras por dano ambiental

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça confirmou a competência da Justiça Federal para processar e julgar uma ação civil pública sobre vazamento de oleoduto da Petrobras em rios do Paraná. A empresa pedia que a questão fosse tratada na Justiça do Trabalho, mas o relator, ministro Humberto Martins, explicou que, como a proteção ao meio ambiente está justaposta com as consequências trabalhistas, a competência é da Justiça Federal.

O acidente ocorreu em 2000, em oleoduto da refinaria Presidente Getúlio Vargas, e culminou com o vazamento de 4 milhões de litros de óleo, que atingiu os rios Barigui e Iguaçu. Inicialmente, o juízo de primeiro grau considerou a Justiça do Trabalho competente para examinar a ação. O Ministério Público recorreu e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu a competência da Justiça Federal por entender que o “objetivo da ação é alcançar meios para prevenir novos danos ao ambiente”.

No recurso especial, a empresa sustentou que a competência seria da Justiça do Trabalho porque na ação civil pública há pedido para impor à refinaria obrigação trabalhista (contratação de número mínimo de funcionários para os serviços de recebimento, beneficiamento, distribuição e manutenção).

A Petrobras alegou ainda que não lhe cabe “tratar do transporte de petróleo por meio de oleodutos”, tarefa que compete à sua

subsidiária Transpetro — empresa criada por imposição do artigo 65 da Lei 9.478/98. Disse que não pode determinar a contratação de empregados no quadro social da subsidiária.

Ao analisar o recurso, o ministro Humberto Martins recordou precedente do STJ no sentido de que cabe à Justiça Federal julgar casos de dano ambiental (REsp 1.118.859). Citou ainda outro precedente que tratava de coleta de lixo e tinha igualmente consequências trabalhistas (CC 116.282).

STF ABSOLVE VALDIR RAUPP DE CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A 1ª do STF absolveu ontem o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) da acusação de crime contra o sistema financeiro nacional. Por unanimidade, os ministros entenderam que não há indícios do envolvimento do parlamentar no desvio de recursos de um convênio entre o Estado de Rondônia e o Banco Mundial, no período em que ele foi governador do estado, entre 1995 e 1998.

06 MAI 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

MP-PR ouve testemunhas do "29 de abril"



Cerca de 80 pessoas prestaram depoimentos e 150 e-mails, com imagens e vídeos, foram recebidos pelo Ministério Público do Paraná, no âmbito das investigações sobre os excessos na repressão da manifestação pública ocorrida no dia 29 de abril, nos arredores da Assembleia Legislativa. O material servirá de subsídio ao procedimento criminal, já instaurado pelo MP-PR, e ao procedimento preparatório de inquérito civil.

As investigações buscam apurar as repercussões de natureza penal, no caso os excessos atribuídos às forças policiais empregados na operação, em sua completa cadeia de comando e subordinação. Em igual medida a intenção é investigar a violação de direitos fundamentais, entre os quais o cerceamento da liberdade de manifestação, de pensamento, de comunicação, de locomoção e de reunião pacífica, em locais abertos ao público. ■

06 MAI 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça autoriza devolução de R\$ 157 mi à Petrobras

O juiz federal Sergio Moro autorizou a transferência de R\$ 157 milhões do Ministério Público Federal (MPF) para uma conta da Petrobras. O valor, conforme o despacho, é referente a uma devolução de recursos com origem em crimes de corrupção confessados pelo ex-gerente da estatal Pedro Barusco. Os valores devem ser devolvidos em ce-

rimônia no dia 11 de maio. Barusco, que foi gerente de Serviços da Petrobras, celebrou acordo de delação premiada com o MPF no qual se comprometeu a devolver R\$ 204.845.582,11 que estavam em contas secretas no exterior. A decisão de Moro atendeu a pedido dos promotores, que solicitou a devolução de 80% do valor para a estatal. ■



Pedro Barusco devolveu o dinheiro desviado

Cunha suspeito

O ministro Teori Zavascki, do STF, decidiu ontem prorrogar por mais dois meses as investigações sobre o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), dentro da Operação Lava Jato, por suposto envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras. No despacho, ele determina que o inquérito sobre o deputado seja concluído até o dia 29 de junho, com a realização das diligências necessárias na apuração.